
GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA

DIREITOS CIVIS E FUNDAMENTAIS

LINHA DE PESQUISA DIREITOS DA PERSONALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

Projeto de pesquisa: Direitos da personalidade na contemporaneidade

1. Justificativa

Relacionados a vários temas do Direito Civil, do Direito Médico, do Biodireito e da Bioética, os direitos da personalidade têm uma destacada relevância histórica e teórica, e subsidiam reflexões bastante abrangentes na sociedade da informação.

Marcada pelas redes sociais, pelos bancos de dados e pelo avanço da cibernética e da inteligência artificial, a sociedade contemporânea é ambiente para diversas possíveis violações à intimidade e privacidade das pessoas. Também os avanços na Medicina e a procura por procedimentos de intervenção estética têm colocado na pauta do debate social questões relacionadas à proteção ao corpo e a integridade física dos cidadãos.

Diante desse cenário, justifica-se a articulação das pesquisas a serem desenvolvidas no âmbito da Linha Direitos da personalidade na contemporaneidade, tendo em vista as novas tendências jurisprudenciais e a necessidade de atualização teórica da leitura dos direitos da personalidade, ante as intensas transformações por que vem passando a sociedade brasileira e global. Deve-se lançar um olhar para a história para que se possa compreender os processos de formação teórica sobre esses direitos, a fim de que se possa atualizar seu conteúdo na contemporaneidade, o que demanda um incremento nas investigações sobre esse empolgante campo do fazer juscientífico.

Será adotada uma abordagem crítica sobre o assunto, e um aporte teórico relacionado às teorizações do Direito Civil Constitucional, de modo que as relações privadas serão entendidas como ambiência adequada para incidência de direitos fundamentais e normas constitucionais. Também a normativa infraconstitucional será interpretada à luz desses valores constitucionais, o que deverá conduzir a uma abertura metodológica e hermenêutica.

2. Delimitação do tema

O projeto de Iniciação Científica com foco nos direitos da personalidade será voltado às discussões relativas a violação da integridade física e também à privacidade e intimidade das pessoas, no contexto da sociedade da informação. Dessa forma, será possível o diálogo com campos variados do saber jurídico, bem como com a bioética e a cibernética. A abordagem será pautada pela leitura constitucional das relações privadas.

3. Objetivos

O objetivo geral das atividades da Linha será o de contribuir, no âmbito da iniciação científica, com as reflexões acadêmicas acerca do conteúdo da autonomia privada na sociedade contemporânea, marcada pela comunicação de massas, pelas redes sociais e pela facilitação de intervenções na integridade moral e física das pessoas.

De forma específica, objetivar-se-á: discutir questões relacionadas ao direito à vida e à integridade física, buscando-se atualizar as tradicionais reflexões sobre o direito ao corpo, que precisam ser recalibradas ante os novos contextos e as novas discussões no campo da Bioética e do Direito Médico; aprofundar reflexões sobre os novos paradigmas na disposição dos direitos da personalidade na sociedade da informação, marcada por constantes exposições de imagem e violações da privacidade das pessoas; pensar de que forma as discussões de gênero influenciam a disposição sobre a tutela do nome e da identidade das pessoas, com novos contornos jurisprudenciais sobre o assunto; aplicar as reflexões adensadas na linha às diversas áreas do Direito Civil, promovendo diálogos entre os direitos da personalidade e os direitos de família, dos contratos, das titularidades reais e obrigacionais, do planejamento sucessório e da responsabilidade civil.

4. Objeto

Será objeto de investigação o conteúdo dos direitos da personalidade, como categoria de direitos oponível inclusive ao próprio titular, o que significa uma proteção da pessoa em face de si mesma, importando mitigações aos atos de disposição sobre a integridade física e moral de todos.

5. Participantes e estrutura

Nesse ciclo inicial, serão abertas seis vagas para discentes participantes do grupo. Demais interessados poderão acompanhar as atividades como ouvintes ou colaboradores.

Planeja-se uma articulação virtual dos esforços, podendo haver readequação para encontros presenciais ou híbridos, a depender das condições sanitárias e das diretrizes de saúde pública aplicáveis.

6. Possíveis resultados / produtos

O Projeto de Iniciação Científica visa criar as bases para o desenvolvimento de artigos científicos sobre as temáticas discutidas, a serem encaminhados para publicação em periódicos e/ou livros jurídicos.

7. Cronograma

Encontro	Atividades
1º encontro 15/03/2021	Breve deliberação sobre as pretensões de pesquisa de cada discente; apresentação da abordagem da Linha de Pesquisa; indicação de leituras iniciais (textos do Prof. Anderson Schreiber) e orientações iniciais para elaboração de versão preliminar e simplificada do Projeto de Iniciação Científica; coleta de ideias de Projeto, pensadas por cada discente.
2º encontro 29/03/2021	Discussão sobre as leituras orientadas e adensamento das reflexões sobre cada ideia de Projeto apresentada pelos discentes no encontro anterior. Orientações práticas para a estruturação da versão preliminar e simplificada do Projeto de Iniciação Científica, a ser apresentado no encontro seguinte.
3º encontro 12/04/2021	Apresentação de cada versão preliminar e simplificada do Projeto de Iniciação Científica, seguida de breves discussões pelo grupo. Indicação de leituras (textos do Prof. Carlos Bittar).
4º encontro 26/04/2021	Discussão sobre as leituras orientadas e a possibilidade de aplicação da teoria dos direitos da personalidade nos variados temas de investigação propostos pelos discentes. Discussão sobre metodologia da pesquisa científica e sobre a abordagem do direito civil constitucional. Indicação de leituras (textos dos Profs. Gustavo Tepedino e Luiz Edson Fachin).
5º encontro 10/05/2021	Retomada das discussões sobre cada versão preliminar do Projeto de Iniciação Científica, com aplicação das reflexões metodológicas a cada proposição dos discentes. Cada discente deve apresentar reflexões de desenvolvimento do seu projeto, e o grupo debaterá essas ideias. Ao final, será orientada a elaboração da versão atualizada dos Projetos, para apresentação no encontro seguinte.
6º encontro 24/05/2021	Apresentação, por cada discente, da versão atualizada do Projeto de Iniciação Científica, com deliberações.

8. Referências bibliográficas

Básicas:

BITTAR, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*. 8. ed. rev., aum. e mod. por Eduardo C. B. Bittar. São Paulo: Saraiva, 2015.

FACHIN, Luiz Edson. *Direito Civil – sentidos, transformação e fim*. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da Personalidade*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.

TEPEDINO, Gustavo. O Supremo Tribunal Federal e a Virada de Copérnico. In: *Revista Brasileira de Direito Civil*. v. 4. n. 2. abr/jun, Rio de Janeiro, 2015.

Complementares:

ASCENSÃO, José Oliveira de. Pessoa, direitos fundamentais e direito da personalidade. In: *Revista Mestrado em Direito*, Osasco, ano 6, n. 1, 2006, p. 145-168.

BARROSO, Luís Roberto. Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade. Critérios de ponderação. Interpretação constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. In: *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 59-102, 2004.

BENTIVEGNA, Carlos Frederico Barbosa. *Liberdade de expressão, honra, imagem e privacidade – os limites entre o lícito e o ilícito*. Barueri: Manole, 2020

MACHADO, Diego Carvalho. Capacidade de agir e direitos da personalidade no ordenamento jurídico brasileiro: o caso do direito à privacidade. In: *Revista Brasileira de Direito Civil*. vol. 8, n. 2, abr/jun 2016.

MALUF, Adriana Dabus. *Curso de Bioética e Biodireito*. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020.

LÔBO, Paulo. *Direito civil*. Vol. 1: parte geral. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SANTANA, Anna Luisa Walter de; PAMPLONA, Danielle Anne; SANTARELLI, Nicolás Carrilo. Empresas e derechos humanos: las contribuciones del Sistema Interamericano de derechos humanos para la protección libertad de expresión en internet. In: PAMPLONA, Danielle Anne; FACHIN, Melina Girardi (coord.); BOLZANI, Giulia Fontana. *Direitos Humanos e Empresas*. pp. 97-129, Curitiba: Editora Íthala, 2019.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Autonomia Existencial. In: *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*. Belo Horizonte, v. 16, p. 75-104, abr./jun. 2018.

TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena Donato. *Fundamentos do Direito Civil*. Vol. 1 – Teoria Geral do Direito Civil. 2. ed. rev., atual. e amp. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

_____. Premissas Metodológicas para a Constitucionalização do Direito Civil. In:
_____. *Temas de Direito Civil*. 3. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Estatuto epistemológico do direito civil contemporâneo na tradição de *civil law* em face do neoconstitucionalismo e dos princípios. In: *O Direito*. n. 143, v. II, pp. 43-66, 2011.